

Bancos insistem: acordo com FMI para a dívida

A. M. PIMENTA NEVES
Enviado especial

LONDRES — Importantes banqueiros internacionais disseram ontem, em público, mais de uma vez, que os credores do Brasil continuam insistindo num acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional, sem o que não concederão ao País novos empréstimos ou um reescalonamento plurianual de sua dívida externa.

William Rhodes, vice-presidente sênior do Citibank e chefe do comitê de 14 bancos que assessora o governo nas negociações com aproximadamente 700 credores privados, afirmou, textualmente, o seguinte, numa entrevista à imprensa:

“Como dissemos no passado, quando estamos considerando pedido de dinheiro novo ou acordo de longo prazo, como um acordo de reescalonamento plurianual, achamos que deve haver presença do Fundo. No momento, com o Brasil, estamos conversando sobre um acordo de curto prazo. Não há dinheiro novo e, de fato, estamos falando sobre uma rolagem de curto prazo. E temos uma declaração do ministro Dilson Funaro afirmando que apresentou seu plano ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e ele nos deu uma declaração comentando o programa de 1986”.

“Entretanto, prosseguiu Rhodes, no que me diz respeito neste momento, os bancos ainda gostariam de ter a participação do Fundo por meio de um artigo IV ampliado — supervisão ampliada ou monitoramento — quando caminharíamos para uma reestruturação plurianual.”

Rhodes discursou ontem num simpósio de dois dias sobre a questão da dívida e o futuro da América Latina, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo jornal *Herald Tribune*. Como outros oradores, defendeu o tratamento individualizado dos devedores pelo método que vem sendo posto em prática desde 1982 e que antontem foi condenado na mesma conferência pelo presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher. Bracher passou o dia conversando com banqueiros ingleses e não estava presente quando Rhodes discursou.

Durante a entrevista, o vice-presidente do Citibank estava à mesa ao lado do financista David Rockefeller, ex-chairman do Chase Manhattan. Na outra extremidade encontrava-se um importante membro da junta de diretores do maior banco alemão, o Deutsche Bank, Werner Blessing. A pergunta sobre o Brasil foi dirigida aos três, mas Rockefeller observou que o candidato natural para respondê-la era Rhodes. Posteriormente, após a entrevista coletiva, o próprio Rockefeller confirmou que um acordo com o FMI seria indispensável para lograr um entendimento melhor com os credores.

Werner Blessing, que havia estado com Bracher de manhã, também opinou sobre o problema do Brasil durante a entrevista. Afirmou que, para os bancos comerciais, “é de vital importância que haja algum tipo de acordo com o FMI em todos os momentos, pela simples razão de que o FMI é, diria, um daqueles raros animais neutros que pode e tem de desempenhar um papel nessas coisas”.

“Qualquer um que tente — quer no lado do credor ou do devedor ou

queira afastar o Fundo, não estará agindo em seu próprio benefício. Nós também compreendemos que o Fundo tem um papel a desempenhar na superação da crise da dívida, tanto hoje como nos próximos 30 ou 40 anos. Nesse prazo, o Fundo tem de desempenhar um papel”, afirmou.

Posteriormente, Blessing repetiu mais ou menos o que Rhodes já havia dito, sendo apenas mais enfático ao afirmar que não haveria dinheiro novo ou reescalonamento plurianual para o Brasil sem acordo com o FMI. Blessing disse também que o que ficou estabelecido na reunião do comitê assessor com Bracher há duas semanas, em Nova York, foi o esboço de um entendimento para a reestruturação por sete anos dos débitos de 1985, (6 bilhões de dólares) a rolagem até o fim do ano dos vencimentos de 1986 (8 bilhões de dólares) e a extensão das linhas de curto prazo. Seus próprios sentimentos são positivos, disse, ao avaliar as perspectivas de que o entendimento com o comitê seja aceito pelos 700 bancos. Mas vai esperar até que as negociações se completem e os *term sheets* fiquem prontos para então convocar os demais bancos alemães para uma conversa.

As negociações com o governo brasileiro serão retomadas dia 5 em



Rhodes: defesa do FMI

Nova York, mas os banqueiros consultados não puderam dizer com certeza se Fernão Bracher estará presente ou se o Brasil será mesmo representado por Antonio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central para a dívida externa. Um dos pontos que têm de ser definidos é o relativo às taxas de risco pagas pelo Brasil. O governo quer vê-las reduzidas e muitos grandes bancos concordam com isso.

Dois banqueiros importantes, um americano e outro britânico, que não quiseram ser identificados, comentaram que o entendimento esboçado em Nova York tem por objetivo dar ao Brasil mais um ano para resolver seus problemas políticos internos e decidir o que fazer. Mas um deles disse também que os próprios bancos precisam de tempo para pensar. Há muitas variáveis em mudança, afirmou, citando a queda do preço do petróleo, a incerteza em torno dos juros e o desempenho da economia mundial.

No discurso lido em plenário, repleto de banqueiros e de autoridades financeiras de diversos países, William Rhodes afirmou que embora o Brasil tenha dito que, não procurará fazer um acordo formal com o FMI, o País continua a conversar com o Fundo.

Rhodes disse que há dias semanas, em Nova York, o governo e o comitê haviam chegado a uma “rough outline of an agree ment” (esboço superficial de um acordo). “É necessário trabalho adicional antes que se possa completar um pacote a ser proposto aos bancos credores do Brasil em todo o mundo” afirmou. Rhodes disse que o pacote pode ficar pronto em fevereiro mesmo. “Consideramos o acordo que estamos tentando fazer como ponte para um futuro pacote de reestruturação plurianual (das amortizações da dívida)”, declarou.

No seu discurso, Rhodes comentou a iniciativa do secretário do Tesouro James Baker — mais conhecida como Plano Baker — e disse que a mudança de ênfase para o crescimento econômico é “oportuna”. Disse que antes não poderia mesmo ter havido ênfase no crescimento, pela própria natureza da crise. De qualquer modo, explicou, não há uma única grande solução para o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento e que o Plano Baker não é um conserto rápido. A estratégia do tratamento individualizado dos países continuará sendo aplicada, afirmou, e talvez os primeiros empréstimos já possam ser feitos neste semestre dentro do plano.

Rhodes espera ver o mercado aplicar com maior freqüência diversos métodos de financiamento, com opções para reempréstimos, conversões de dívida em investimento etc.

Referindo-se ao Brasil, Rhodes elogiou o desempenho externo da economia, mas disse que os resultados internos são mistos. Realçou o crescimento de quase 8% do PIB no ano passado, mas lembrou que a inflação chegou a 230% e que o governo está preocupado com isso.

Rhodes também elogiou o esforço antiinflacionário da Argentina, mas revelou que o governo Alfonsín encontrou dificuldades para atingir algumas metas do programa-acordo com o FMI e que, por isso, não pôde sacar recursos da instituição na data prevista.

Quanto ao Peru, os bancos estão tentando convencer o governo a cooperar com os credores, afirmou. Os atrasados comerciais do Peru somam 400 milhões de dólares e as reservas do país somam mais de 500 milhões de dólares, informou. Em fevereiro o comitê terá novo encontro com o governo de Alan García.

Revelou ainda que o comitê que assessora o México se aviatará com suas autoridades na semana que vem, em Nova York e que o plano fiscal do país é muito ambicioso, mas que é extremamente dependente das exportações de petróleo. Antontem, o ministro Silva Herzog disse que o petróleo correspondia a 70% das exportações. Durante a entrevista, Rhodes disse não esperar declaração de moratória do México. Afirmou que o país sempre se comportou responsabilmente na questão da dívida e que deverá seguir agindo assim.

Por sua vez, ao discutir, Blessing comentou o tema da conferência — “Além da dívida externa — América Latina: os próximos dez anos” — e disse ser ainda muito cedo para se pensar na fase posterior à dívida. Afirmou que se deve intensificar o diálogo em busca de soluções novas e sofisticadas de mercado. Mas a chave de tudo, a seu ver, continuam sendo as políticas internas que os próprios devedores adotem.